



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	5017/989/19
Poder	LEGISLATIVO
Município	Águas da Prata
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS DA PRATA
Período	03/2019
Relator	Dr. Renato Martins Costa
Unidade Fiscalizadora	UR-19 UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU
Responsável	JOSÉ SEBASTIÃO CHIODETO DA SILVA
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	079.471.208-89
Período de Gestão	01/01/2019 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções N° 02/2016 e na Ordem de Serviço SDG 01/2017, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

O município não entregou os balancetes Conjunto/Isolado essenciais para a análise do período.

2.2 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 65,93%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 273.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 0,00
Despesas com folha de pagamento	R\$ 179.987,39
Despesa com folha/Transferências realizadas	65,93%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.3 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 18.726.985,95
Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 18.726.985,95
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 69.356,43
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite (sem CIP)	0,37%
Apuração do limite (com CIP)	0,37%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,37%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

2.4 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	8104
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 18.726.985,95
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 18.726.985,95
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 1.310.889,01
Total de Despesas do exercício	R\$ 303.190,49
Percentual Apurado (sem CIP)	1,62%
Percentual Apurado (com CIP)	1,62%

(*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 1,62%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 28/05/2019

Hora da Geração: 21:19:44